

# LINGUASAGEM

## A POLÍTICA LINGUÍSTICA E O PLURALISMO CULTURAL

Por Basia NIKIFOROVA<sup>1</sup>  
Tradução: Diego Barbosa da SILVA<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é, por meio do prisma do pluralismo cultural e da política linguística, discutir a problemática da formação da identidade nacional. Através do princípio da neutralidade liberal como uma parte da teoria híbrida da política linguística (isto é, o direito de uma minoria nacional de desenvolver e usar sua língua nacional dentro de limites razoáveis que são compreensíveis para eles) é mostrado como realizar uma política cultural pluralista. Dois modelos básicos têm sido estabelecidos para uma política linguística: *um modelo de uma língua comum* (uma língua comum compartilhada por todos os cidadãos) e *um modelo de manutenção da língua* (instituições públicas reconhecem o direito de diferentes grupos culturais em usar suas línguas minoritárias próprias como uma ferramenta para um diálogo a nível estatal e reconhecem a possibilidade de sobreviver como entidades culturais distintas). Os dilemas de política linguística enfrentados pela União Europeia (UE) e os mais importantes documentos da Comunidade sobre os direitos das minorias nacionais e suas políticas linguísticas são analisados neste artigo.

**PALAVRAS-CHAVE:** pluralismo cultural; identidade nacional; política linguística; minorias nacionais; assimilação.

### 1. O desafio da identidade

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Humanas pela Universidade de Moscou (1977) e pela Universidade de Vilnius (1988), professora associada e pesquisadora sênior do Departamento de Filosofia Contemporânea do *Lithuanian Culture Research Institute* em Vilnius, Lituânia. Foi pesquisadora do *Center for the Study of World Religions* da Universidade de Harvard (1997-1998) e do *The International Research Institute on Jewish Women*, da Universidade Brandeis (1999). Desenvolve pesquisas nos temas de religião, tolerância, pluralismo, cultura e fronteiras religiosas. E-mail: bnikiforova@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Sociais (UERJ), especialista em Relações Internacionais Contemporâneas (PUC-Rio), mestre em Linguística (UERJ) e doutor em Estudos de Linguagem (UFF). Trabalha no Arquivo Nacional, onde é um dos responsáveis pela indexação do acervo documental. Desenvolve pesquisas transdisciplinares envolvendo análise do discurso, política linguística e relações internacionais. E-mail: vsjd@uol.com.br.

Todas as nações modernas são mais pluralistas em aspectos culturais, religiosos e políticos que comunidades tradicionais cuja integridade era mantida por meio de uma única cultura étnica e uma religião. O pluralismo cultural e religioso desenvolvido no Ocidente, particularmente entre os anglo-saxões, tem origem no princípio da tolerância, mais precisamente na tolerância religiosa. A tolerância surge, portanto, como condição para o melhor desenvolvimento do pluralismo. Esse assunto é estudado de um modo interdisciplinar: filosófico, linguístico, religioso, jurídico-legal, psicológico e político. Nas ciências sociais, o pluralismo é o espaço de interação no qual grupos sociais apresentam respeito e tolerância suficientes em relação aos outros, fecundamente coexistindo e interagindo sem conflito ou assimilação.

Helen Fedor (1995), pesquisadora da Divisão Federal de Pesquisa da Biblioteca do Congresso Americano, afirmou que para aqueles que nunca passaram por uma assimilação cultural forçada, a questão pode parecer trivial. Afinal, que diferença faz qual língua é falada ou como ela é chamada? Contudo, para aqueles que tiveram o uso de sua língua restringido, o assunto vai além de um mero desafio. A língua é o meio de cultura no qual suas vidas cotidianas e identidades estão baseadas. Definir qual a língua pode ser falada é definir a identidade não apenas de um indivíduo, mas também de um país.

O problema do pluralismo cultural está diretamente relacionado à questão da identidade. Uma identidade representa um sentimento pessoal de solidariedade expresso publicamente, de identificação e de unidade a um membro de um grupo religioso, étnico ou nacional. Ao mesmo tempo o pluralismo cultural e religioso é a soma de identidades coletivas e individuais que foram tradicionalmente construídas por meio de três princípios básicos:

1. A identidade é formada e sustentada através de uma identificação “interna”, de mim mesmo com meu próprio grupo étnico ou religioso.

2. A identidade é formada e sustentada através de uma identificação “externa”, distinguindo nós mesmos dos Outros. O Outro é apresentado como algo ontologicamente externo e hostil. Portanto, ele deve ser assimilado ou banido. O interesse no Outro permite esquecer os problemas pessoais e os conflitos da comunidade.

3. O Outro não existe fora de mim. Ele é apenas o único meio para minha autoidentificação. Buscar a identidade, portanto, começa com a busca do Outro em si mesmo.

Por exemplo, depois de “reconquistar suas independências, os Estados Bálticos têm construído suas identidades políticas de acordo com a oposição Leste/Oeste. Eles têm criado narrativas de pertencimento ao Oeste, enquanto no Leste estariam seus “outros” ameaçadores (Miniotaitè, 2003, p. 214). Alguns pesquisadores (Anderson, 1983; Gellner, 1983 e Hobsbawm, 1990) consideram que a identidade é algo “construído”, “imaginado”, “inventado”. Anderson afirma que o *ethnos* é uma invenção de líderes culturais e políticos, ainda que a Europa Central e Ocidental confirmem a existência real de comunidades étnicas (Anderson, 1983). De acordo com Zygmunt Bauman, as pessoas pós-modernas necessitam e escolhem seus conselheiros (como livros de autoajuda) face aos problemas de identidade (Bauman, 1999, p. 72; Marty e Appleby, 1991, p. 814-842). Bauman sustenta que o conceito de identidade, construído na modernidade teve seu significado destruído na pós-modernidade. Do seu ponto de vista, a identidade ainda é “um problema”, mas não é o mesmo problema da época moderna. O problema da identidade na época moderna é como construí-la e manter a sua integridade e estabilidade. O problema da identidade na época pós-moderna é como evitar a inflexibilidade e preservar a liberdade de escolha. Parafraseando Jean-François Lyotard, Bauman considera a identidade como algo de fácil “digestão” pelo “sistema”. Uma pessoa “emancipada” da identidade começa a procurar pelo Outro em si mesma e encontra o Outro, se não em si pessoalmente, então nos acontecimentos ao seu redor.

A formação da identidade nacional é uma importante parte do processo de formação da nação. Isso inclui a formação dos Estados nacionais, a questão da cidadania em relação a uma comunidade etno-cultural, as mudanças no sistema econômico, a formação e a expansão da educação de massa na língua nacional, o processo de homogeneização cultural. A identidade nacional é formada numa simbiose da condição independente da nação com uma base etno-cultural. As principais diferenças das identidades nacionais são as especificidades linguísticas e religiosas de determinado grupo. Elas constituem-se na principal influência para a manutenção da consciência da identidade pessoal-nacional para o desenvolvimento e o fortalecimento de sua singularidade, além de constituírem-se nas diferenças mais perceptíveis em

relação a outras pessoas e grupos étnicos e nacionais. Como Samuel Huntington (2004) enfatiza: “a língua e a religião são os dois elementos centrais da cultura, que por sua vez criam a mais óbvia distinção entre duas sociedades”.

## **2. A minoria nacional**

O conceito de minoria nacional denota certo grupo de pessoas constituindo uma parte minoritária da população de um país em relação a sua nacionalidade. O critério que define esse conceito é o seguinte: possuir outra língua, outra tradição cultural e outra filiação religiosa. Desse modo, a autoconsciência de uma minoria nacional é formada sob a influência dos seguintes fatores: diferenciação étnica e cultural-religiosa; presença de um grupo linguístico diferente e um Estado no qual o grupo nacional estatizado constitui-se como maioria. O nível de seu desenvolvimento depende historicamente do estágio de assimilação e da tendência à tolerância da sociedade.

A assimilação como processo de rejeição à “alteridade” e de ajustamento a um ambiente cultural-linguístico dominante é usualmente acompanhada pelo enfraquecimento da identidade nacional. Uma política de assimilação é aquela que apresenta medidas para acelerar a sujeição de um ou de mais grupo(s) linguístico(s) minoritário(s). Dessa maneira, o objetivo final dessas políticas é promover a identidade nacional no interior do Estado. Os tipos convencionais de assimilação de uma minoria nacional são de três níveis de intensidade:

1. Um nível de intensidade forte: – dissolução de sua mentalidade no ambiente dominante (identificação com a cultura, língua, história e com o status cívico-legal da maioria nacional).
2. Um meio termo, que seria equivalente ao anterior, exceto pela manutenção da língua materna, embora seu uso fique restrito à esfera familiar.
3. Um nível de intensidade fraco: que é caracterizado por relações episódicas com o ambiente cultural-linguístico dominante e pela auto-identificação com as tradições históricas, linguísticas e públicas da própria minoria.

O processo de prevalência de um ou outro tipo de assimilação depende de características específicas da maioria nacional (enfraquecimento ou ausência de

tradições religiosas e linguísticas, sua história e o modo de ocupação do território) e de características da sociedade, uma parte da qual se constitui (homogeneidade da estrutura nacional-religiosa, história da formação do Estado, manifestação de peculiaridades linguístico-culturais).

Ainda, além das características estritamente objetivas de uma minoria nacional e da sociedade na qual se vive, um fator subjetivo exerce profunda influência. Isso é manifestado de uma forma concentrada no conceito de tolerância que denota o estado psicológico de tolerância a um diferente modo de vida, pensamento e sentimento. Os limites da tolerância são amplos e flexíveis, indo desde a indiferença à “alteridade” para a necessidade de apoiá-la e protegê-la. Em um sentido histórico, tolerância significa conceder a um mal menor para evitar um maior, ou seja, significa sempre a prioridade de seus próprios valores, ao mesmo tempo em que se toleram aqueles que são diferentes e frequentemente são tratados como inferiores.

A sociedade na qual uma minoria nacional apresenta uma tendência à assimilação (isto é, adoção parcial de valores fundamentais da maioria) prova ser mais tolerante. Já a vida de uma minoria nacional e religiosa de acordo com o princípio do “gueto” medieval demonstra na sociedade uma atmosfera de intolerância e de superioridade social e psicológica da maioria nacional.

### **3. O fenômeno das línguas**

Muitos países têm uma política linguística projetada a favor de uma única língua particular, desencorajando o uso de um conjunto de línguas. Embora os Estados-nacionais tenham usado historicamente políticas linguísticas muitas vezes para promover uma língua oficial à custa de outras, muitos países atualmente apresentam políticas para proteger e promover línguas étnicas e regionais cuja viabilidade está ameaçada. A preservação da diversidade cultural e linguística no mundo de hoje constitui um grande interesse para muitos cientistas e líderes políticos. Desse modo, algumas políticas linguísticas nacionais podem mitigar os efeitos de alguns fatores geopolíticos.

O fenômeno das línguas é antes um assunto discutível nas ciências sociais contemporâneas<sup>3</sup>. “Cada língua reflete uma visão de mundo única e uma cultura complexa espelhando a maneira pela qual uma comunidade linguística tem resolvido seus problemas de lidar com o mundo e tem formulado seu pensamento, seu sistema filosófico e o entendimento do mundo ao redor” (WURM, 2001, p. 13).

Na visão da pesquisadora dinamarquesa, Tove Skutnabb-Kangas (2002),

muitas línguas estão sendo assassinadas hoje mais rápido que em toda a história da humanidade e muitas mais estão ameaçadas. Uma língua está ameaçada se tem poucos usuários, se apresenta um status político fraco e especialmente se as crianças não a aprendem, isto é, quando a língua não é mais transmitida à próxima geração.

Mesmo os linguistas mais otimistas “estimam que metade de todas as línguas deve desaparecer ou pelo menos deixar de ser aprendida nos próximos cem anos” (WURM, 2001), enquanto que os pesquisadores mais pessimistas estimam que nós teremos apenas 10% das línguas de hoje (Krauss, 1992) (ou mesmo 5%, umas 300 línguas (Krauss, 1995) não ameaçadas no ano de 2100 (Krauss, 1995, A15).

Tove Skutnabb-Kangas (2002) acrescenta que o problema do apoio à diversidade linguística é muito importante numa perspectiva intelectual. Para ela, o multilinguismo aumenta a criatividade. Um grupo com um alto nível multilíngue faz melhor testes que medem aspectos de “inteligência”, criatividade, pensamento divergente e flexibilidade cognitiva que grupos monolíngues. Isso tem sido formulado por Stephen Wurm (2001, p. 15) como se segue:

peças bilíngues e multilíngues apresentam aspectos superiores que pessoas monolíngues, como mais flexibilidade, mente mais alerta e uma grande e rápida capacidade de pensamento com base no volume muito maior de memória que eles têm para dominar duas (ou no caso dos multilíngues, mais de duas) línguas diferentes com diferentes vocabulários, gramáticas, estruturas sonoras e expressões idiomáticas. O Bilinguismo e o multilinguismo desde muito cedo, se for mantido após a idade de seis anos, é a qualidade mais vantajosa que uma pessoa pode possuir.

<sup>3</sup> Ver os trabalhos de Joshua A. Fishman. *Reversing Language Shift. Theoretical and Empirical Foundations of Assistance to Threatened Languages*. Clevedon, Multilingual Matters, 1991; Joshua A. Fishman. “Maintaining languages. What works and what doesn’t”, In: Gina Cantoni-Harvey, ed., *Stabilizing Indigenous Languages*, 1997; Flagstaff, Ariz: Northern Arizona University; Will Kymlicka. *Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism and Citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 2001; *Language Rights and Political Theory*. Edited by Will Kymlicka and Alan Patten. Oxford University Press, 2003; Alan Patten. “Liberal Neutrality and Language Policy”, *Philosophy and Public Affairs*, 2003; *Linguistic Human Rights in Education*. Presented to the XVI Session of the Working Group on Indigenous Populations of the United Nations Centre for Human Rights, Geneva, July 27–31, 1998; Robert Phillipson. *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

Nas sociedades industriais, os principais itens produzidos foram os *commodities* e posteriormente, os serviços. Nessas sociedades, os que se saíram bem foram aqueles que controlaram o acesso às matérias-primas e se apropriaram de outros pré-requisitos e meios de produção. Quando passarmos a uma sociedade da informação adequada, nós veremos que o principal “commodities” produzido é o conhecimento e as ideias. Esses são, sobretudo, transmitidos através das línguas e imagens visuais. Neste tipo de sociedade da informação, aqueles com o acesso a diversos conhecimentos, diversas informações e ideias farão melhor suas reivindicações com argumentos mais criativos.

Cada país do mundo e especialmente os multiétnicos são confrontados com a necessidade de resolver problemas relacionados à língua e enfrentam principalmente o dilema de investir na uniformidade linguística e de manter as línguas nativas. A maior parte dessas tarefas pode ser resolvida através de diferentes tipos de políticas linguísticas.

Muitos são os fatores referentes a uma situação linguística. Entre eles temos fatores demográficos (número de falantes nativos, sua distribuição territorial e história da sua formação político-social) culturais e históricos (semelhanças ou diferenças culturais, história específica das tradições de escrita), sociolinguísticos (o número de línguas usadas como meios de comunicação, distribuição das funções sociais entre eles, o critério de diferença entre língua e dialeto). Vida Mikhalchenko (2002) do Centro de Pesquisa das Relações Etno-Linguísticas (Rússia) acrescenta que muitas vezes a política linguística leva em conta fatores objetivos e subjetivos. Do seu ponto de vista, isso ocorre porque analisando a política linguística em uma certa região é preciso levar em conta: 1) os atores da situação linguística e as correlações entre eles; 2) o caráter da situação linguística como um resultado de um impacto a longo prazo de fatores determinados; 3) as medidas visando à mudança da situação etno-linguística nas regiões como uma manifestação concreta de princípios político-linguísticos.

#### **4. A política linguística**

Leis de política linguística podem ser categorizadas de muitas maneiras. A mais proeminente delas foi apresentada por Jacques Leclerc (*Index par politiques linguistiques*, 2003).

Ele criou um esquema de diferentes tipos de políticas linguísticas que inclui os seguintes:

Tipo de política	Exemplos
1. Uma política de não intervenção, que consiste na decisão de permitir um relacionamento natural entre o grupo linguístico principal e os minoritários, que devem evoluir por conta própria. Isso quase sempre favoreceria ao grupo dominante. Às vezes, tais políticas são acompanhadas por medidas administrativas de proteção de certas minorias.	Austrália, Áustria, Alemanha, Reino Unido, República Tcheca.
2. Uma política que reconhece uma diferença legal de status para uma determinada língua geralmente tem por finalidade permitir a coexistência de múltiplos grupos linguísticos no interior do Estado. Tipicamente, o grupo majoritário tem todos seus direitos linguísticos assegurados e às vezes promovidos, enquanto que à minoria ou às minorias são dadas proteções especiais para suas línguas.	Croácia, Eslováquia, Estônia, Letônia, Lituânia, Macedônia, Países Baixos, Suécia.
3. Uma política a favor da língua oficial, isto é, uma política de monolinguismo. Isso pode favorecer tanto à língua nacional, quanto à língua colonizadora com uma forte influência internacional. Em alguns casos tais políticas são acompanhadas por medidas de reconhecimento e proteção das línguas minoritárias.	Eslováquia, Espanha, Estônia, França, Grécia, Itália, Lituânia, Macedônia, Polônia, Romênia.
4. Uma política de bilinguismo baseada no reconhecimento de direitos individuais não territorializados, os mesmos direitos para todos os membros da comunidade qualquer que seja sua localização no território nacional.	Belarus, Canadá, Noruega.
5. Uma política linguística baseada no reconhecimento de direitos individuais territorializados, os mesmos direitos para todos os membros de uma comunidade dentro de uma região específica.	Brandenburgo, Brittany, Catalunha, Córsega, Escócia, Finlândia, Irlanda do Norte, Nicarágua, País Basco, País de Gales,



	Sardenha, Sicília.
6. Uma política de multilinguismo baseada no reconhecimento de direitos individuais não territorializados, os mesmos direitos para todos os membros da comunidade qualquer que seja sua localização no território nacional.	Singapura.
7. Separatismo linguístico refere-se às tentativas de linguistas ou políticos de criar uma língua independente de outra, nomeando-a de uma forma diferente. Num sentido mais amplo, isso pode também ocorrer como resultado de um processo natural. Embora, a demarcação de outras línguas é na maioria das vezes por razões políticas.	Bósnio, sérvio, croata e línguas moldávias.

Tabela 1: Tipos de políticas linguísticas, segundo Leclerc (2003).

Para Vida Mikhalchenko (2002), o tipo de organização do Estado tem um papel muito significativo para as políticas linguísticas. Ela descreveu, assim, dois tipos de Estado: “uma comunidade de etnias” e “uma comunidade de cidadãos”. No primeiro caso, a ênfase é colocada sobre direitos culturais e linguísticos de cada comunidade étnica – grupos indígenas e étnicos. Isso produz as condições para a imposição de uma língua de uma comunidade dominante sobre outras comunidades étnicas. Na maioria dos casos, isso pode ser feito atribuindo o status de nacional ou oficial à língua de uma das comunidades étnicas. No segundo caso, a ênfase é colocada nos direitos individuais. Em tal sociedade, uma língua oficial ou nacional é instituída pelo Estado, enquanto que necessidades culturais e linguísticas das comunidades étnicas isoladas podem ser satisfeitas, porém sem apoio estatal<sup>4</sup>.

A destruição do status de uma língua, a mudança do habitat linguístico de uma pessoa é um dos processos psicológicos mais difíceis. Esse processo é menos incômodo e mais fácil de ser realizado sob o aspecto de que uma pessoa migra, mudando seu país de residência e é psicologicamente e socialmente mais difícil, sob o aspecto do ambiente linguístico, quando uma mudança de uma língua ocorre na mesma área espacial. Para a maioria nacional, é natural falar em língua doméstica e para as minorias nacionais, ou

<sup>4</sup> Nota do Tradutor: Vale ressaltar que em ambos os exemplos, os direitos das minorias não estão necessariamente garantidos pelo Estado, afinal na “comunidade de etnias” a etnia majoritária pode exercer uma ditadura da maioria e impor sua língua, enquanto que na “comunidade de cidadãos” típica de um Estado liberal, que se caracteriza pela não intervenção na esfera privada, na qual a língua estaria inserida.

mais precisamente falando, para seus representantes mais radicais, esse tema é substituído pelo problema de assimilação. J.V. Arutiunian comenta que o grau de integração e de aculturação de uma minoria depende de alguns fatores de concordância ou afinidade de identidade religiosa, civilizacional e psicológica. No trabalho intitulado “Russos no exterior próximo” (uma pesquisa etno-sociológica comparativa dos russos na Estônia e no Uzbequistão) Arutiunian (2003) demonstra que dos russos entrevistados da cidade, 2/3 nasceram em Tashkent (capital do Uzbequistão) enquanto que somente 1/3 dos russos entrevistados na Estônia, nasceram em Tallinn (a capital o país). Entretanto, como não era de se esperar, o nível de conhecimento das línguas nacionais (uzbeque e estoniano) entre os russos é de, respectivamente, de 8% e 35%. O autor chegou à conclusão que os esforços da Rússia devem ser direcionados “não na preservação de questões etno-culturais, na separação da população russa... mas para toda a adaptação... para o local, o ambiente” (Arutiunian, 2003, p. 35-36 e 38) (tradução da autora).

Hoje, a maioria dos estados democráticos deseja manter uma política nacional baseada no princípio da *neutralidade liberal* do qual se deriva a *teoria híbrida de uma política linguística*. Essa teoria significa “um modo distinto e atraente de fazer política para os direitos linguísticos da minoria e também o entendimento dos limites razoáveis que podem ser colocados em tais direitos” (PATTEN, 2003, p. 357).

Se observarmos a variedade de políticas linguísticas em diferentes países, é possível identificar dois modelos básicos: *um modelo de uma língua comum* (uma língua comum compartilhada por todos os cidadãos) e *um modelo de manutenção da língua* (instituições públicas reconhecem o direito de diferentes grupos culturais em usar suas línguas minoritárias próprias como uma ferramenta para um diálogo a nível estatal e reconhecem a possibilidade de sobreviver como entidades culturais distintas). O segundo modelo é típico dos Estados Unidos (no caso da língua espanhola), do Canadá (com o francês), da Finlândia (com o sueco) (PATTEN, 2003, p. 365).

O princípio da *neutralidade liberal* na política linguística é compartilhado por todos os pesquisadores dessa problemática. Um dos mais conhecidos pesquisadores do pluralismo cultural, Will Kymlicka (2001) acrescenta que a ideia da política da similaridade, baseada na analogia da política linguística e com uma política de liberdade religiosa, é um erro. Kymlicka (2001, p. 111) afirma que:

Essa analogia não funciona. É bastante possível para um Estado não ter uma igreja estabelecida. Mas ainda que o Estado não favoreça uma

cultura determinada, ao decidir que uma língua será usada no ensino público ou na provisão dos serviços estatais já garante um estabelecimento parcial de uma cultura.

Contudo, atualmente essa distinção entre língua e religião não é tão grande, ou existe em outro sentido. De fato, a interdição da prática de uma religião é possível. A história fornece tais exemplos. Mas a interdição do uso de uma língua praticamente nunca ocorreu.

Os problemas básicos que o princípio da neutralidade liberal enfrenta consiste na maneira em que uma língua pública comum é socialmente utilizada. Suzanne Romaine (2002, p. 194) afirma que “menos de que 4% das línguas do mundo têm algum tipo de status oficial em países onde elas são faladas”. As únicas instituições com autoridade para regulamentar políticas linguísticas existem nos órgãos políticos de cada Estado, e a União Europeia tem evitado qualquer ação que possa interferir nas leis nacionais ou políticas relativas às minorias linguísticas ou nas leis relativas às línguas nacionais. Além disso, a Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias (1992) não garante direitos aos falantes ou a grupos linguísticos minoritários, mas a línguas. Por exemplo, apesar de a Grécia ser signatária de muitas convenções e de tratados internacionais sobre Direitos Humanos, bem como membro da União Europeia, ela votou contra a Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias em 1992. A maioria dos Estados-nação europeus ainda aplica um conjunto de regras para a língua nacional e outro – para línguas minoritárias dentro de suas fronteiras, e muitas vezes, aplica normas diferentes para as minorias indígenas e não indígenas (Romaine, 1998). Na visão de Joshua A. Fishman (1999, p. 272), a globalização “não é o único processo a afetar as línguas”. Só para termos uma ideia, os efeitos locais são tão importantes na globalização e mantêm uma relação dicotômica com ela, que a designação globalização foi cunhada. De fato, as atuais tensões entre independência e interdependência, entre o afastamento e a interação, são o cerne de todo o planejamento linguístico em si (Fishman, 2000).

A questão é a inter-relação da língua com a mobilidade social, uma língua comum e uma identidade comum, conectando todos os cidadãos e representando valores civis comuns e no papel da língua como um meio para a democracia. Nesse caso, argumentos pragmáticos não funcionam: as pessoas estão prontas para superar todas as dificuldades em nome da tolerância e da alteridade. Esse processo é similar ao do

campo da religião: uma sociedade homogênea promove a formação religiosa da identidade comum, mas ninguém oferecerá variedade religiosa para esse propósito.

Nós podemos encontrar outra visão no livro de Samuel P. Huntington “Quem somos nós? Os desafios para a identidade nacional dos Estados Unidos”, publicado em 2004. O autor chama atenção para a autoidentidade americana no começo do século XXI e defende uma reafirmação do patrimônio anglo-protestante do país. Para ele, um contínuo fluxo de imigrantes hispânicos ameaça “a divisão dos Estados Unidos em dois povos, duas culturas e duas línguas” (Huntington, 2004, p.3). Ele acrescenta que, para a maior parte dos americanos, a crença é o elemento crucial de sua identidade nacional. Os elementos-chave da cultura americana são: a língua inglesa, o cristianismo, o compromisso religioso e os conceitos ingleses de Estado de direito, incluindo a responsabilidade dos governantes, direitos individuais e valores protestantes de individualismo, como a ética do trabalho. Historicamente milhões de imigrantes foram atraídos aos Estados Unidos, por causa de sua cultura e oportunidades econômicas, bem como as liberdades políticas. Huntington (2004) apoia as palavras do ex-presidente americano Theodore Roosevelt:

Nós devemos ter uma bandeira. Nós devemos ter também uma língua. Essa deve ser a língua da Declaração de Independência, do discurso de despedida de George Washington da presidência, dos discursos de Lincoln de Gettysburg e da sua segunda posse como presidente dos Estados Unidos<sup>5</sup>.

Na visão de Huntington, a presença da língua espanhola, em parte do território dos Estados Unidos, é uma marca da perda da identidade americana. Em seu artigo “O desafio hispânico” nós podemos encontrar a informação que em 2000, 28 milhões de pessoas nos Estados Unidos falam espanhol em casa (10,5% da população com idade de 5 anos) e quase 13,8 milhões desses falam inglês abaixo do nível considerado “excelente”, um crescimento de 66% desde 1990. De acordo com um relatório do órgão responsável pelo censo, em 1990, cerca de 95% dos imigrantes mexicanos falavam espanhol em casa, 73,6% desses não falavam inglês muito bem e 43% dos mexicanos nascidos no estrangeiro estavam “linguisticamente isolados”. Apenas 11,6% falavam

<sup>5</sup> NT: A Declaração de Independência dos Estados Unidos foi ratificada e assinada no dia 04 de julho de 1776 por representantes das treze colônias. O discurso de despedida de George Washington da presidência dos Estados Unidos foi feito em 1797. O discurso de Gettysburg foi proferido pelo então presidente Abraham Lincoln em 19 de novembro de 1863, quatro meses após a derrota dos confederados na Batalha de Gettysburg, decisiva para o fim da Guerra de Secessão (1861-1865). Abraham Lincoln tomou posse do seu segundo mandato como presidente dos Estados Unidos em 1865, mesmo ano em que seria assassinado).

somente espanhol ou mais espanhol que inglês, 25,6% falam igualmente as duas línguas, 32,7% mais inglês que espanhol e 30,1% somente inglês (Huntington, 2004, p. 30-45). Na sua visão, os Estados Unidos hoje estão a caminho da “desconstrução” da sua identidade que irá provocar um novo e perigoso “choque das civilizações”.

Enquanto isso na Europa, a valorização de um sentimento comum relacionado à herança cultural europeia é promovida, antes de tudo pela política da União Europeia no campo da cultura. A constituição da União Europeia afirma que “a União é fundada em valores de respeito à dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e respeito aos direitos humanos. Esses valores são comuns aos Estados membros em uma sociedade de pluralismo, tolerância, justiça, solidariedade e não-discriminação”. Sobre a base de uma política cultural da União Europeia existem princípios de pluralismo cultural e multiculturalismo afirmando que:

- uma das características culturais distintas da Europa é sua unidade na diversidade, isto é, a contínua coexistência e interação, que tem evoluído em séculos de pensamento, de uma rica variedade de línguas, tradições, estilos de vida, tendências, movimentos e expressões artísticas e culturais;
- a cultura, em sentido amplo, é o alicerce sobre o qual as pessoas constroem suas identidades;
- uma política cultural europeia que não visa à uniformidade, mas pode oferecer uma identidade resultante do encontro de diferenças, é de importância crucial para o desenvolvimento de uma consciência europeia coletiva;
- as políticas culturais dos Estados membros revelam tanto diferenças quanto similaridades, com aspectos importantes para a cooperação aprimorada nesse campo;
- uma política cultural europeia, que não aspira à uniformização, mas sim ao estabelecimento de uma identidade cultural resultante de um encontro de diversidades, é fundamental na medida em que o desenvolvimento de uma conscientização coletiva europeia é almejada;
- o reconhecimento dos autovalores das minorias nacionais e étnicas.

Na Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas de 1992, os seguintes deveres podem ser encontrados:

1.1 Os Estados protegerão a existência e a identidade nacional ou étnica, cultural, religiosa e linguística das minorias dentro de seus respectivos territórios e fomentarão condições para a promoção de identidade;

1.2 Os Estados adotarão medidas apropriadas, legislativas e de outros tipos, a fim de alcançar esses objetivos;

1.3 Os Estados deverão adotar as medidas apropriadas de modo que, sempre que possível, as pessoas pertencentes a minorias possam ter oportunidades adequadas para aprender sua língua materna ou para receber instruções na sua língua materna.

Sobre o nosso tema, a Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais (Estrasburgo, 1995) é o documento mais importante da União Europeia. Ela afirma a política da União Europeia para as minorias nacionais, inclusive a política linguística. Em muitos artigos, os direitos das minorias nacionais são adicionados pelo “reconhecimento de que qualquer pessoa pertencente a uma minoria nacional tem o direito de utilizar livremente e sem interferência a sua língua minoritária na esfera privada e na pública, oralmente e por escrito” (artigo 10). A Convenção-Quadro garante a possibilidade e o direito de que “nas áreas habitadas por pessoas pertencentes a minorias nacionais ou em número substancial, a possibilidade de usar a língua minoritária nas relações entre pessoas e com as autoridades estatais”, “de exibir tradicionais nomes locais, nomes de ruas e outras indicações topográficas na língua minoritária quando há demanda suficiente” e “para aprender a língua minoritária ou receber ensino nessa língua”. O principal direito de uma minoria nacional é o de “reconhecer que toda pessoa pertencente a uma minoria nacional tem o direito de aprender a sua língua materna”. O parágrafo 2º do artigo 14 garante também a aprendizagem e o ensino da língua oficial.

## **5. O inglês no contexto global**

Uma das questões mais discutíveis quando falamos de política linguística é o papel do inglês no mundo global, sobretudo a sua perspectiva como língua internacional. Muitos pesquisadores levantam a seguinte polêmica a partir dessa situação: a expansão do inglês exige uma aceitação da religião judaico-cristã, da economia capitalista, e de valores sociais e democráticos?

Alguns estudiosos da situação do inglês em um contexto global, muitas vezes veem a sua disseminação como natural, neutra, benéfica e de alguma forma livre de restrições econômicas, políticas e ideológicas. Outros, pelo contrário, defendendo que a língua nunca é um instrumento neutro para a comunicação e que fatores contextuais são inerentes a ela, veem o inglês desempenhando um papel fundamental na promoção das desigualdades globais e nas perdas de identidades nacionais.

Desde o início dos anos 1990, a teoria do imperialismo linguístico tem atraído a atenção entre os estudiosos no campo da linguística aplicada para o inglês, especialmente depois da publicação do livro “Imperialismo Linguístico” de Robert Phillipson (1998), que fomentou discussões sobre os méritos e as deficiências da teoria. O imperialismo linguístico é observado muitas vezes no contexto do imperialismo cultural. Phillipson define o imperialismo linguístico do inglês como “o domínio afirmado e mantido por contínuas desigualdades estruturais e culturais entre o inglês e outras línguas” e “a essência constitutiva do imperialismo como um fenômeno global, envolvendo relações estruturais entre países ricos e pobres em um mundo caracterizado pela desigualdade e injustiça” (Phillipson, 1988, p. 339).

De acordo com Phillipson (1992, p. 47), a educação ocupa o centro do imperialismo por apresentar três funções: ideológica, econômica e repressiva. A função ideológica refere-se à educação como um canal para a transmissão de valores sociais e culturais. Nesse papel, o inglês é considerado um instrumento para melhorar a comunicação e a educação, além de levar a padrões de vida mais elevados. A segunda função, a econômica, legitima o inglês como um meio de qualificar profissionalmente as pessoas e de operar uma tecnologia a que a língua possibilita acesso. A terceira função, a repressiva é aquela relacionada à dominação de línguas indígenas. A teoria do imperialismo linguístico chama a atenção para as possíveis consequências do ensino de inglês a nível global “na reafirmação das desigualdades entre o inglês e outras línguas” (Phillipson, 1992, p. 47).

De acordo com o autor, o imperialismo linguístico está baseado nas seguintes ideias bastante difundidas:

- o inglês é melhor ensinado como uma língua monolíngue;
- um professor ideal é um falante nativo;
- quanto mais cedo o inglês é ensinado, melhores serão os resultados de aprendizagem;

- quanto mais se pensa em inglês, melhores serão os resultados;
- se outras línguas são muito utilizadas, menor será a qualidade do inglês.

William K. Penny (2002, p.8) no artigo “O papel do inglês como uma língua internacional” acrescenta que “em um mundo onde cada país é representado por seus próprios sistemas político, econômico e religioso é irrealista esperar que uma língua imposta possa atender as necessidades de todas as culturas e suas variadas agendas sociais”. O caso lituano é um bom exemplo disso.

Até os quinze anos<sup>6</sup> de restauração do Estado lituano, nós podemos observar uma mudança de atitude em relação ao inglês. Os ministérios da educação em cada país do Leste Europeu tinham identificado o inglês como um fator importante no processo de reconstrução, reforma econômica e transição à democracia. Hoje a situação mudou radicalmente. A maioria dos pesquisadores vê no inglês uma ameaça à perda da identidade nacional, um prejuízo ao desenvolvimento da sua própria língua e percebem uma apatia crescente com a sua própria herança histórica. Atualmente percebe-se que o conhecimento avançado do inglês é a primeira etapa para a emigração e possibilidade de encontrar emprego nos outros países da União Europeia. O projeto europeu sobre a avaliação da identidade nacional – coordenado pelo professor A. Andrijauskas – levanta hipóteses de que a emigração em massa de jovens nos últimos anos irá resultar em uma rápida perda da língua lituana, principalmente por causa dos filhos dessa “nova onda” de emigrantes.

A língua está presente em cada tipo de assimilação como um elemento essencial de sua estrutura. A língua de uma minoria nacional, com a esfera da sua aplicação e com a oportunidade de sua transferência para as novas gerações se torna o principal elemento da imagem de igualdade de direitos civis.

Na Lituânia, onde a maioria nacional corresponde a 83,5% da população, a língua lituana tem um estatuto de língua do Estado. A legislação sobre a cidadania lituana foi uma das leis mais democráticas e liberais na Europa Oriental, e o conhecimento da língua lituana em pouco tempo se tornou o modelo da vida cotidiana. A socióloga lituana Natalya Kasatkina comenta a admiração no início dos anos 90,

---

<sup>6</sup> NT: A Lituânia proclamou sua independência em 16 de fevereiro de 1918, após o final da I Guerra Mundial, mas foi ocupada e anexada pela União Soviética em 1944 durante a II Guerra Mundial. Sua independência foi restaurada em 11 de março de 1990, com o fim da União Soviética. Em 2004, o país ingressou na União Europeia. Desde a restauração da independência, o país apresenta déficit populacional, como a maioria dos países do Leste Europeu.



quando uma pessoa não lituana falava lituano, que logo foi substituída por uma atitude crítica e vista com "escárnio nos meios de comunicação, tanto que foi criado um personagem na TV com um sotaque eslavo forçado". Na opinião de N. Kasatkina, "a sensibilidade linguística serve não apenas como um parâmetro cotidiano da consciência étnica, mas é também uma marca de distinções entre grupos étnicos".

A problemática em torno dos direitos das minorias nacionais em usar sua língua materna está precisamente descrito. Mas a questão linguística da UE permanece em aberto. Hoje na Europa, assim como em todo o mundo, o inglês ocupa posição de destaque. No entanto, a aversão à "americanização" e à "ocidentalização" das culturas e uma série de disposições antiglobais fazem esse fato discutível e bastante problemático.

Albert Bastardas (2002), pesquisador da área de ecologia linguística, confirmou no Congresso Mundial sobre Políticas Linguísticas que, embora possamos conceituar o fenômeno do contato linguístico como uma unidade, as situações e fases de desenvolvimento de vários casos podem ser muito diferentes e, portanto, requerem diferentes tipos de ação. Desse modo, portanto, um dos mais urgentes aspectos que precisa ser estudado e resolvido é saber exatamente quais as políticas devem ser aplicadas em diversas situações em todo o planeta.

## **Conclusões**

1. O problema do pluralismo cultural está diretamente relacionado ao problema da identidade. O problema da identidade pós-moderna é como evitar a sua não fluidez e preservar a liberdade de escolha.

2. A assimilação como um processo contrário à "alteridade", ajustando-se a um ambiente cultural-linguístico dominante é geralmente acompanhada pelo enfraquecimento da identidade nacional.

3. As diferenças relacionadas às identidades nacionais são sobretudo de caráter linguístico e religioso.

4. A preservação das diversidades cultural e linguística no mundo de hoje é uma grande preocupação para muitos cientistas e líderes políticos nacionais.

5. A questão é a inter-relação da língua com a mobilidade social, uma língua comum e uma identidade comum, conectando todos os cidadãos e representando valores civis comuns e no papel da língua como um meio para a democracia.

6. Perspectivas do papel do inglês como uma língua internacional é uma das questões mais importantes para a área da política linguística.

7. A língua de uma minoria nacional, com a esfera da sua aplicação e com a oportunidade de sua transferência para as novas gerações se torna o maior símbolo de igualdade de direitos civis.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARUTIUNIAN, J. V. Русские в ближнем зарубежье. In: *Социологические исследования* 11, 2003, p. 35–38. Disponível em: <<http://demoscope.ru/weekly/2004/0159/analit05.php>> Acesso: 15 jan. 2012.

BASTARDAS, Albert. World Language Policy in the Era of Globalization: Diversity and Intercommunication from the Perspective of 'Complexity'. In: *World Congress of Language Policy*. Barcelona, 2002. Disponível em: <<http://www.linguapax.org/congres/plenaries/bastardas.html>> Acesso em: 15 jan. 2012.

BAUMAN, Z. *Postmodern Religion?* In: HEELAS, Paul. *Religion, Modernity and Postmodernity*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

FEDOR, Helen. *Belarus and Moldova: Country Studies*. Washington: Library of Congress' Federal Research Division, 1995.

FISHMAN, J. A. *Handbook of Language and Ethnic Identity*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. *Can Threatened Languages Be Saved?* Clevedon: Multilingual Matters, 2000.

GELLNER, E. *Nations and Nationalism*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUNTINGTON, S. P. *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*. New York: Simon & Schuster, 2004.

\_\_\_\_\_. "The Hispanic Challenge". In: *Foreign Policy* 141, 2004, p. 30–45.

KYMLICKA, W. *Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism and Citizenship*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

KRAUSS, M. "Paper at a conference of the American Association for the Advancement of Science". In: *The Philadelphia Inquirer* 19/2, 1995, p. A15.

LECLERC, Jacques. "Index par politiques linguistiques". In: *L'aménagement linguistique dans le monde*, Québec, TLFQ, Université Laval, 2003. Disponível em: <[http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/monde/index\\_politique-lng.htm](http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/monde/index_politique-lng.htm)> Acesso em: 15 jan. 2012.

MARTY, M. E.; APPLEBY, R. S. Conclusion: An Interim Report on a Hypothetical Family. In: *Fundamentalisms Observed*. Chicago and London, 1991, p. 814–842.

MIKHALCHENKO, V. 2002. "Language Policy in the Russian Federation". Report in the *World Congress of Language Policies*. Barcelona, 16–20 April 2002. Disponível em: <<http://www.linguapax.org/congres/taller/taller3/Mikhalchenko.html>> Acesso em: 02 jan. 2012.

MINIOTAITÈ, G. "Convergent Geography and Divergent Identities: A Decade of Transformation in the Baltic States". In: *Cambridge Review of International Affairs*, 16 (2), 2003, p. 209–222.

PATTEN, A. "Liberal neutrality and language policy". In: *Philosophy and Public Affairs* 31 (4), 2003, p. 356–386.

PENNY, W. K. "Linguistic Imperialism: The Role of English as an International Language". In: *MA TEFL/TESL*, University of Birmingham, 2002.

PHILLIPSON, R. "Linguicism: structures and ideologies in linguistic imperialism". In: J. Cummins and T. Skutnabb-Kangas (eds.). *Minority Education: From Shame to Struggle*. Avon: Multilingual Matters, 1998.

\_\_\_\_\_. *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

ROMAINE, S. 2002. "The Impact of Language Policy on Endangered Languages". In: *International Journal on Multicultural Societies (IJMS)* 4 (2): 194–212.

SKUTNABB-KANGAS, T. “Language Policies and Education: the role of education in destroying or supporting the world’s linguistic diversity”. In: *World Congress of Language Policy*. Barcelona, 2002. Disponível em: <<http://www.linguapax.org/es/congresos>> Acesso em: 15 jan. 2012.

UNIÃO EUROPEIA. Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias. Estrasburgo, 1992. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/languages/languages-of-europe/facts\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/languages/languages-of-europe/facts_pt.htm)> Acesso em: 15 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais. Estrasburgo, 1995. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/conv-tratados-1-2-995-ets-157.html>> Acesso em: 15 jan. 2012.

WURM, Stephen (edit.). *Atlas of the World’s Languages in Danger of Disappearing*. Paris: UNESCO Publishing, 2001.

### Como referenciar este artigo

NIKIFOROVA, Basia [trad. SILVA, Diego Barbosa da]. A política linguística e o pluralismo cultural. **revista Linguagem**, São Carlos, v.28, n.1, jan./jun. 2018, p. 388-407.

**Submetido em:** 28/05/2016

**Aprovado em:** 24/04/2018